

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL – PNEF

1 Antecedentes

Historicamente, a relação fisco e sociedade, foram pautadas pelo conflito entre a necessidade de financiamento das atividades estatais e o retorno qualitativo do pagamento dos tributos. Por um lado, a sonegação fiscal, por outro, exemplos de mau uso do dinheiro público.

Para atenuar essa situação, encontramos na história dos fiscos iniciativas no sentido de esclarecer essa relação, objetivando aumento de arrecadação e diminuição do conflito entre Estado e Sociedade. Tais iniciativas não solucionaram essa desarmonia, porém, abriram precedentes para um diálogo mais transparente.

No seminário do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias - CONFAZ sobre “Administração Tributária”, realizado na cidade de Fortaleza – CE, em maio de 1996, foi inserido o tema Educação Tributária. Nas conclusões constou, como item de destaque a introdução do ensino nas escolas do programa de consciência tributária.

Em setembro de 1996, celebrou-se o Convênio de Cooperação Técnica entre a União, os Estados e o Distrito Federal. No anexo ao texto do acordo, entre as inúmeras atividades de cooperação, constou a elaboração e a implementação de um programa nacional permanente de conscientização tributária, para ser desenvolvido nas Unidades da Federação.

Em reunião de julho de 1997, o CONFAZ aprovou a criação do Grupo de Trabalho Educação Tributária – GET, constituído por representantes do Ministério da Fazenda (Gabinete do Ministro, Secretaria da Receita Federal, Escola de Administração Fazendária – ESAF), das Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal.

A Portaria n.º 35, de 27 de fevereiro de 1998, do Ministério da Fazenda, que oficializou o grupo de trabalho, formulou como seus objetivos: “promover e coordenar as ações necessárias à elaboração e à implementação de um programa nacional permanente de educação tributária” e “acompanhar as atividades do Grupo de Educação Tributária nos Estados – GETE.”

Em março de 1999, passaram a integrar o grupo, representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação.

Em julho de 1999, tendo em vista a abrangência do programa, que não se restringe apenas aos tributos, mas que aborda também as questões da

alocação dos recursos públicos e da sua gestão, o CONFAZ aprovou a alteração de sua denominação que passou a ser Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF.

Assim, o Programa Nacional de Educação Fiscal surgiu dessa relação histórica buscando a harmonia entre Estado e sociedade, a partir do entendimento da necessidade do financiamento da coisa pública, pois sem dinheiro não há como se prestar serviços públicos. Por outro lado, o Programa, instrumentaliza a sociedade para acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados, favorecendo ao exercício pleno da cidadania na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Em dezembro de 2002 foi publicada a Portaria nº 413, assinada pelos Ministros da Fazenda e da Educação, reformulando o Grupo de Trabalho Educação Fiscal nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, e definindo as competências de todos os órgãos envolvidos na implementação do Programa.

2 Conceituando Educação Fiscal

Educação é um processo de formação do ser humano que objetiva prepará-lo para a vida, dotando-o de conhecimento e habilidades que o tornem capaz de compreender o mundo e intervir conscientemente para modificar a realidade em que vivemos, de modo a edificar uma sociedade livre, justa e solidária.

Educação Fiscal em, em stricto sensu, deve ser compreendida como a abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos de modo a estimular o contribuinte a garantir a arrecadação e o acompanhamento de aplicação dos recursos arrecadados em benefício da sociedade, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador.

No latu sensu, a Educação Fiscal deve tratar da compreensão do Estado, suas origens, seus propósitos do controle da sociedade sobre o gasto público, uma vez que a participação social só ocorre no ambiente democrático.

3 Valores

Da Educação Fiscal

Superioridade do homem sobre o Estado
Liberdade
Igualdade
Justiça social.

Do Programa Nacional de Educação Fiscal

Comprometimento com a construção da cidadania, solidariedade, ética, transparência, responsabilidade fiscal e social expressos nas seguintes idéias-força:

- Na Educação, o exercício de uma prática educativa na perspectiva de formar um ser humano integral, como meio de transformação social dentro de um mundo globalizado, tendo essa prática como foco a formação cidadã no processo de ensino e de aprendizagem e a ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades.
- Na cidadania, objetiva possibilitar e estimular o empoderamento do cidadão quanto ao controle democrático do Estado, incentivando-o à participação individual e coletiva na definição de políticas públicas e na elaboração das leis para sua execução.
- Na Ética, uma gestão pública eficiente, transparente e honesta quanto à alocação e aplicação dos recursos e realização dos gastos públicos.
- Na Política, o exercício da boa governança que conte com uma gestão pública responsável, transparente e voltada à justiça social.

Das instituições gestoras do Programa

Condução do PNEF por meio da realização de práticas democráticas em permanente integração com todos os segmentos sociais

4 Missão

Da Educação Fiscal

“Estimular a mudança de valores, crenças e culturas do indivíduo, na perspectiva da formação de um ser humano integral, como meio de possibilitar o pleno exercício de cidadania e propiciar a transformação social.”

Do Programa Nacional de Educação Fiscal

“Contribuir permanentemente para a formação do indivíduo, visando o desenvolvimento da conscientização de seus direitos e deveres no tocante ao valor social do tributo e o controle social do Estado democrático.”

Das instituições gestoras do Programa

“Desenvolver o PNEF, institucionalizadamente, de forma ética e responsável.”

5 Diretrizes

A ênfase no exercício da cidadania, deverá voltar-se para a organização, mobilização e estímulo à participação social no tocante às questões tributárias e às finanças e gastos públicos, relativos às três esferas (níveis) de governo.

Sua implementação, de âmbito nacional, deverá envolver os três níveis de governo, por meio da elaboração e execução de planos estratégicos, programas e projetos, cujos resultados esperados e impactos desejados deverão ser monitorados e avaliados quantitativa e qualitativamente por sistema nacional e local, devendo fazer parte da política institucional de cada instituição gestora.

Suas ações, com caráter de educação permanente, deverão estar desvinculadas de campanhas de premiação com finalidade exclusiva de aumento de arrecadação, como também devem evitar o uso de logomarcas e mensagens que caracterizem uma determinada gestão governamental.

O financiamento das ações do PNEF ocorrerá por intermédio de recursos orçamentários próprios, oriundos das três esferas de governo, assim como daqueles procedentes de parcerias com entidades da sociedade civil ou organismos internacionais.

A partir do enfoque na educação como mecanismo de transformação social, deverá se nortear pelos princípios político, estético e ético das Diretrizes Curriculares Nacionais, pela legislação educacional vigente, respeitando as diretrizes nacionais, estaduais e municipais e pela autonomia das instituições de ensino.

Todo o material produzido para o PNEF, inclusive o didático, será de propriedade do programa e deverá seguir linhas de referenciais nacionais definidas neste documento e em documentos orientadores específicos, devendo haver permanente socialização nacional do material produzido e experiências realizadas.

6 Objetivos do Programa

6.1 Geral :

- promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania.

6.2 Específicos:

- sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo;
- levar aos cidadãos conhecimento aos cidadão sobre administração pública;
- incentivar o acompanhamento, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos;
- criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

7 Abrangência do Programa

Com abrangência nacional, o Programa de Educação Fiscal focaliza, prioritariamente, alunos e professores das escolas de ensino fundamental e de ensino médio, desenvolvendo conteúdos e práticas sobre direitos e deveres recíprocos na relação Estado–cidadão.

O Programa foi concebido em cinco módulos, de forma que todos os brasileiros tenham a chance de vivenciá-lo, em qualquer estágio de sua vida.

- ✓ O Módulo I destina-se às crianças do ensino fundamental, de forma que, da 1ª à 8ª série, elas possam conhecer gradativamente todos os conceitos ligados à Educação Fiscal.
- ✓ O Módulo II envolve os adolescentes do ensino médio (de quinze a dezessete anos), com aprofundamento maior dos assuntos.
- ✓ O Módulo III é para os servidores públicos, num processo de sensibilização e envolvimento no Programa.
- ✓ O Módulo IV está voltado para os universitários, portanto acompanhando o cidadão em toda sua vida estudantil.
- ✓ O Módulo V, para a sociedade em geral, para abranger aqueles que não teriam a chance de voltar mais aos bancos escolares, utilizando-se de preferência as organizações a que pertencem, como clubes, associações, sindicatos, clubes de serviço, ONGs,.

Por intermédio do Programa, a sociedade passa a ter melhor entendimento:

- da estrutura e do funcionamento da Administração Pública em seus três níveis de governo – federal, estadual e municipal;
- da função socioeconômica dos tributos;
- da aplicação dos recursos públicos;
- das estratégias e dos meios para o exercício do controle democrático.

Vale ressaltar que, ao se difundirem esses conceitos, contribui-se para que professores, líderes comunitários, universitários, entre outros, possam realizar seu papel de modo cada vez mais consciente e responsável.

8 Gestão do Programa

- ✓ Os Estados têm autonomia de elaborar e implementar seus projetos segundo suas condições, definindo módulos prioritários e ritmo próprio, porém, obedecendo às diretrizes do Programa Nacional.
- ✓ Nos Estados, o Programa é desenvolvido em parceria com as Secretarias: da Fazenda, da Educação e da Receita Federal e de outras instituições, a critério do programa estadual de Educação Fiscal.
- ✓ A ESAF, como Secretaria-Executiva do Programa, exerce papel fundamental na evolução do Programa.
- ✓ A ESAF promove, de forma permanente, a articulação dos três níveis de governo.
- ✓ No cenário internacional, a ESAF tem propiciado a divulgação e troca de experiências do PNEF em países como Canadá, África do Sul, Moçambique e Cuba.
- ✓ As instituições gestoras e suas respectivas competências constam da Portaria Interministerial Fazenda e Educação nº 413, de 31 de dezembro de 2002

Concluindo, o Programa Nacional de Educação Fiscal propõe-se a:

- ✓ ser um instrumento de fortalecimento permanente do Estado democrático;
- ✓ contribuir para fortalecer os mecanismos de transformação social por meio da educação;
- ✓ difundir informações que possibilitem a construção da consciência cidadã;
- ✓ ampliar a participação popular na gestão democrática do Estado;
- ✓ desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social;
- ✓ aumentar a eficiência e a transparência do Estado;
- ✓ aumentar a responsabilidade fiscal;
- ✓ obter o equilíbrio fiscal a longo prazo;
- ✓ reduzir a corrupção;
- ✓ promover a reflexão sobre nossas práticas sociais;
- ✓ melhorar o perfil do homem público;
- ✓ atenuar as desigualdades sociais.